



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

Criado pelo Decreto Estadual nº 11.246 de 17 de outubro de 2008

ATA L REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CBH GRANDE

Data: 07 de maio de 2026

Local: Formosa do Rio Preto

Horário: 09h00

1. **Abertura e informes**

Lia Dugnani, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), iniciou a reunião saudando os participantes. Eneas Porto, segundo secretário do Comitê, informou sobre a realização de um Painel sobre Monitoramento Hídrico e Gestão Sustentável da Água no Agro, que será realizado no dia 10 de junho, durante a 20ª edição da Bahia Farm Show. Que ocorrerá entre os dias 8 e 13 de junho deste ano.

2. **Apresentação das ações da Secretaria de Meio Ambiente de Formosa do Rio Preto**

William Diego Knapp, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Formosa do Rio Preto, apresentou as principais ações da secretaria, destacando atividades de fiscalização, recuperação de áreas degradadas, revitalização de nascentes, produção de mudas e educação ambiental, realizadas em parceria com instituições como AIBA e ABAPA. Informou que o município enfrenta desafios relacionados à sua extensa área territorial, à pressão sobre APPs e à expansão urbana, mas vem atuando na recuperação ambiental, contando com os servidores Salvo Soares e Janesleide Maia como responsáveis técnicos pelas ações em nascentes e pelo viveiro municipal. Foram destacados os trabalhos de identificação, catalogação e recuperação de nascentes por meio dos métodos Caxambu e regeneração natural, a produção e distribuição de mais de 10 mil mudas nativas do Cerrado e a relevância da manutenção das áreas recuperadas para a conservação dos recursos hídricos. William informou ainda a aprovação de dois projetos estratégicos: um executado pela CODEVASF, no valor aproximado de R\$ 1,1 milhão, para recuperação ambiental e implantação de mais de mil barraginhas no Rio do Ouro, e outro, no valor de R\$ 5,5 milhões, aprovado junto ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para revitalização de nascentes e cabeceiras do Rio do Ouro. Destacou a importância das barraginhas na retenção de água, recarga do lençol freático e redução de processos erosivos, bem como a necessidade de conscientização ambiental nos principais atrativos naturais do município. Durante os debates, Lia parabenizou as ações apresentadas, informou sobre iniciativas do Comitê voltadas à conscientização ambiental e propôs que o colegiado avalie a celebração de acordo de cooperação entre a Prefeitura de Formosa do Rio Preto e o INEMA para descentralização de processos simplificados, como dispensas de outorga, sendo informado por William que o município possui capacidade técnica para assumir essa demanda. Também propôs o fortalecimento da Câmara Técnica de Educação Ambiental e maior integração com os municípios. Amanda Silva ressaltou a necessidade de ampliar as ações voltadas à proteção das áreas de recarga hídrica do Chapadão, alertando para os impactos da expansão do agronegócio e defendendo maior articulação entre município, órgãos ambientais, setor produtivo e comunidades tradicionais.



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

Criado pelo Decreto Estadual nº 11.246 de 17 de outubro de 2008

Em resposta, William esclareceu que as autorizações de supressão vegetal, intervenções em APPs e processos relacionados a recursos hídricos são competências estaduais, cabendo ao município os licenciamentos de impacto local, e informou que ações vêm sendo desenvolvidas há cerca de três anos na região da Coaceral e do Projeto Novo Sul para redução da erosão e retenção da água no solo. Eneas destacou o protagonismo de Formosa do Rio Preto em práticas conservacionistas e recarga hídrica, citando experiências reconhecidas nacional e internacionalmente. Glauciana Araújo apresentou resultados de pesquisa da UFOB que identificaram elevada capacidade de infiltração dos solos da região da Coaceral, reforçando a importância de práticas conservacionistas para prevenir erosões e deslizamentos. Cristiano Araújo defendeu a descentralização do licenciamento ambiental e das dispensas de outorga para municípios com capacidade técnica. Andrei Lopes questionou a ocorrência de sumidouros identificados no município, sendo informado por William que estudos preliminares foram realizados com apoio da Defesa Civil e do Estado, mas que novas investigações geofísicas serão necessárias para identificar as causas do fenômeno. Por fim, Saul Cavalcante informou que o INEMA e o Ministério Público discutem medidas para simplificar a regularização ambiental de pequenos produtores e que está em elaboração um Acordo de Cooperação Técnica entre o INEMA e o Corpo de Bombeiros para ampliar as ações de fiscalização, autuação e combate a incêndios florestais no Estado.

3. Apresentação da estrutura das Câmaras Técnicas

Glauciana informou a realização de reunião com as Câmaras Técnicas, ressaltando seu papel de suporte técnico à Plenária do Comitê e a necessidade de fortalecer sua atuação no assessoramento às deliberações do colegiado. Destacou que a proposta de acordo de cooperação com os municípios, sugerida por Lia, será submetida à análise das Câmaras Técnicas, especialmente quanto aos aspectos legais e jurídicos, com o objetivo de avaliar a viabilidade de apoio das prefeituras e secretarias municipais ao cadastramento e à regularização de pequenos usuários de recursos hídricos. Enfatizou que a iniciativa contribuirá para a obtenção de dados mais precisos sobre os usos dispensados de outorga, atualmente sem ampla publicidade, permitindo melhor gestão e regulação dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas. Reforçou ainda a importância da participação de todos os segmentos representados no Comitê e do registro das ações desenvolvidas pelas instituições integrantes da bacia. Na sequência, Sderlon Lopes destacou a relevância da participação da Embasa nas atividades do Comitê, em razão de sua contribuição técnica, tecnológica e institucional para a gestão dos recursos hídricos, sugerindo a concessão de espaço para manifestação do Coordenador-Geral Regional da instituição. Solicitou à Diretoria a avaliação da realização das plenárias em período integral, nos turnos da manhã e da tarde, em razão da quantidade de temas a serem debatidos, bem como a promoção de reuniões em outros municípios da bacia, visando ampliar a integração regional. Também propôs o registro em ata da solicitação para inclusão de um ou dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Formosa do Rio Preto nas Câmaras Técnicas, ressaltando a importância dessas instâncias para o aprofundamento das discussões e o fortalecimento da atuação do Comitê.

4. Proposta de UC em Riachão das Neves – BA



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

Criado pelo Decreto Estadual nº 11.246 de 17 de outubro de 2008

Andrei Lopes Arruda apresentou estudo voltado à criação de unidades de conservação municipais em Riachão das Neves como instrumento complementar de gestão territorial e ambiental, destacando a importância da atuação dos municípios para o cumprimento das metas previstas nos planos de bacia e nas políticas ambientais. Em sua exposição, abordou os principais instrumentos de planejamento ambiental, como o Zoneamento Ecológico-Econômico, os Planos de Bacia Hidrográfica, o Plano Diretor Municipal e as Áreas Prioritárias para Conservação, ressaltando a necessidade de integração entre esses mecanismos para a proteção dos recursos naturais e dos recursos hídricos. Também apresentou análises sobre o uso do solo, a distribuição das reservas legais e a existência de áreas estratégicas para conservação no município, incluindo regiões de recarga aquífera, remanescentes de vegetação nativa, geossítios, cavernas e áreas de relevante valor ambiental e científico. Ao final, defendeu a criação de unidades de conservação como forma de fortalecer a preservação ambiental, incentivar a formação de corredores ecológicos e contribuir para o desenvolvimento sustentável, enfatizando a importância da cooperação entre os entes federativos e da busca por mecanismos de compensação e pagamento por serviços ambientais para viabilizar essas iniciativas.

5. O que ocorrer

Marcos Moreira, gerente da Unidade Regional da EMBASA em Barreiras, apresentou as ações desenvolvidas pela empresa na região Oeste da Bahia, destacando sua atuação nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 20 municípios, bem como iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental, incluindo o uso de energia proveniente de fontes renováveis, projetos de recuperação de nascentes e investimentos na ampliação do esgotamento sanitário. Informou ainda que a EMBASA realiza monitoramento contínuo da qualidade da água em mananciais superficiais e subterrâneos utilizados para abastecimento e colocou a instituição à disposição para colaborar com iniciativas ambientais da região. Em seguida, Cíntia Bispo, representante da Galvani, apresentou as atividades da empresa no setor de fertilizantes fosfatados, destacando as unidades de mineração localizadas em Campo Alegre de Lourdes e Irecê e a unidade de beneficiamento e produção de fertilizantes em Luís Eduardo Magalhães. Ressaltou que as operações de mineração utilizam beneficiamento a seco, sem barragens de rejeitos, e que os efluentes gerados na unidade industrial são integralmente reutilizados no processo produtivo, além dos esforços permanentes para redução do consumo de água limpa, aproveitamento de águas pluviais e minimização do descarte de efluentes. Na oportunidade, convidou os membros do Comitê e demais interessados a participarem do Programa Portas Abertas, que promove visitas técnicas às instalações da empresa. Na sequência, Paulo Tanajura informou ter assumido a gestão da Estação Ecológica do Rio Preto, destacando os esforços do Governo do Estado para sua manutenção e fortalecimento, bem como sua importância para a conservação ambiental, a prestação de serviços ecossistêmicos e a realização de pesquisas científicas desenvolvidas por universidades e instituições de pesquisa em áreas como mamíferos, fungos e insetos. Enfatizou, ainda, a necessidade de ampliar a visibilidade da unidade como referência para a preservação ambiental e a produção de conhecimento científico no Oeste da Bahia. Por fim,



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande

Criado pelo Decreto Estadual nº 11.246 de 17 de outubro de 2008

a Presidente Lia relatou sua participação em reunião realizada em Belo Horizonte com representantes dos comitês afluentes do Rio São Francisco, onde foi apresentada proposta de elaboração de um Plano Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos. Destacou preocupações relacionadas à preservação da autonomia dos comitês e ao respeito às especificidades de cada território, ressaltando a relevância do Plano de Bacia do Rio Grande. Informou que foi solicitada à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a realização de apresentação específica ao Comitê para esclarecimentos sobre a proposta, estando prevista a convocação de reunião extraordinária dedicada exclusivamente à discussão do tema e ao aprofundamento dos debates. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião, no qual lavrou a presente ata, que vai assinada por ela, depois de lida.

Barreiras – BA, 07 de maio de 2026.

ASSINATURA